PROCESSO Nº 012/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2026

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Ao

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas-CIMESMI.

Pregão Eletrônico nº 004/2025

Processo Licitatório nº 009/2025

Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na locação, com implantação, suporte técnico e disponibilização, de infraestrutura tecnológica, para atender às demandas dos Municípios consorciados ao CIMESMI.

[Nome Completo da Empresa] inscrita no CNPJ sob o nº [número do CNPJ], sediada no(a) [Endereço Completo, contendo logradouro, número, complemento, bairro, cidade, UF e CEP], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) [Nome Completo do Representante Legal] portador (a) do RG nº [Número do RG] e CPF nº [Número do CPF], para os fins de direito, especificamente para participação desta licitação, DECLARA o que se segue:

I - Que não há contra a declarante qualquer fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, que não se encontra declarada inidônea ou suspensa por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública federal, estadual, distrital ou municipal, e que não está sujeita a qualquer vedação legal para participar de licitações ou celebrar contratos com o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas – CIMESMI ou com os demais participantes do presente Registro de Preços, comprometendo-se a comunicar, de imediato, a ocorrência de qualquer fato superveniente que venha a comprometer essa condição.

II - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação constantes no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e demais documentos constantes do processo licitatório.

III - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

IV - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

V - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VI - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

VIII - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

IX - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

X - Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho.

XI - Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021)

DECLARA ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

DECLARA, por fim, a ciência de que a falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime previsto no art. 299 do Código

Penal Brasileiro, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

Local, data.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA